



Práxis Educativa (Brasil)

ISSN: 1809-4031

praxiseducativa@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Batista de Oliveira Júnior, Isaias; Maio, Eliane Rose
Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas
educacionais
Práxis Educativa (Brasil), vol. 10, núm. 1, enero-junio, 2015
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89438282002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas educacionais

Sexual diversity and homophobia: a “disarrangement” culture in public educational policies

La diversidad sexual y la homofobia: una cultura “desagendamento” políticas públicas educativas

Isaias Batista de Oliveira Júnior*

Eliane Rose Maio**

Resumo: Os níveis de desqualificação resultantes do processo de “heteronormatização compulsória” que incidem nas pessoas Lésbicas, *Guys*, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores, Intersexos, Indecisos, Assexuados e Aliados emergem nas mais diversas instâncias. Como agente de diálogo, a escola tem se caracterizado como um local estratégico de implementação de políticas públicas e, nesse contexto, emergem ações como os programas *Escola sem Homofobia* e *Saúde e Prevenção na Escola*. Com o intuito de promover a discussão acerca de estratégias desenvolvidas no cenário nacional, traz-se à discussão seus produtos: *Kit Gay*, *Guia de Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares* e *Histórias em Quadrinhos*. Utilizando a pesquisa bibliográfica como metodologia, faz-se um recorte de uma dissertação de mestrado de forma a trazer a teoria dos Estudos Culturais como sustentáculo do discurso. Diante da suspensão governamental desses materiais, percebe-se o quão difícil é levantar-se contra a opinião pública. Contudo, a recusa da maioria não dá ao Estado o direito de reter direitos básicos das minorias.

Palavras-chave: Kit de Combate a Homofobia. Projeto Escola Sem Homofobia. Programa Saúde e Prevenção na Escola. Histórias em Quadrinho.

Abstract: Levels resulting from the disqualification of “compulsory heteronormativity” process that focus on Lesbians, Guys, Bisexuals, Bigenders, Transvestites, Transsexuals, Transgenders, Queers, Questioners, Intersexes, Indecisives, Asexuals and Allies people emerge in several instances. As a dialog agent, the school has been characterized as

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: <jr_oliveira1979@hotmail.com>

** Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: <elianerosemaio@yahoo.com.br>

a strategic place to implement public policies and, in this context, emerge actions as the School without Homophobia and Health and Prevention in School programs. In order to promote the discussion on strategies developed in the national scenario, it is discussed its products: *Gay Kit*, *Adolescents and Youth Peer Education Guide* and *Comic Books*. Using bibliographical research as a methodology, excerpts of a master's thesis are used so as to bring the theory of Cultural Studies as a mainstay of discourse. Given the government's suspension of these materials, one realizes how difficult it is to stand up against public opinion. However, the refusal of the majority does not give the State the right to withhold basic rights of minorities.

Keywords: Fighting Homophobia Kit. School without Homophobia Project. Health and Prevention in School Program. Comic Books.

Resumen: Los niveles resultantes de la descalificación del proceso “heteronormatização obligatorio” que se centran en las personas lesbianas, gays, bisexuales, Bigêneros, travestis, transexuales, transgéneros, Queers, interrogadores, intersexuales, indecisos, asexuales y aliados surgen en varios casos. Como agente de diálogo la escuela se ha caracterizado como un lugar estratégico para poner en práctica las políticas y acciones públicas en este contexto emergen como la Escuela sin Homofobia y Programas de Salud y Prevención en las Escuelas. Con el fin de promover la discusión de las estrategias desarrolladas en la escena nacional llevar sus productos a la discusión: guía “Kit Gay” para Adolescentes y Educación entre Pares Jóvenes y Comics. El uso de la literatura como una metodología de traer recorte una disertación usando la teoría de los estudios culturales como uno de los pilares de nuestro discurso. Teniendo en cuenta la suspensión de estos materiales del gobierno nos damos cuenta de lo difícil que es estar en contra de la opinión pública, sin embargo, la negativa de la mayoría, no le da al Estado el derecho de retener los derechos fundamentales de las minorías.

Palabras clave: Kit de lucha contra la homophobia. Proyecto Escuela sin Homofobia. La Salud y Prevención en las Escuelas. Cómic.

(Re)Produzindo as diferenças

A princípio, parece ser uma tarefa simplista definir “identidade”, ela é autocontida e autossuficiente, simplesmente aquilo que somos. Por exemplo: “sou homem”, “sou branco”, “sou heterossexual”. Nessa mesma linha de raciocínio, a “diferença” também é concebida, ou seja, como algo que remete a si própria. Em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ele é negro”, “ela é mulher”, “ele é *gay*” (SILVA, 2007).

Exposto dessa forma, fica evidente que identidade(s) e diferença(s) se encontra(m) em estreita relação de interdependência visto a condição afirmativa que expressamos a identidade. No entanto, essa dissimulada positividade tende a esconder os conflitos dessa taxação. A afirmação de “sou homem”, “sou heterossexual”, em verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade(s) e diferença(s), pois, por trás dessa afirmação, deve-se ler: “não sou negro”, “não sou mulher”, “não sou *gay*”, “não sou bissexual”, “não sou transexual” etc. (HALL, 2006, 2007; SILVA, 2007). Fica evidente, também, que “[...] as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”, tanto pelo meio simbólico quanto pelas formas de exclusão social. “A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença” (WOODWARD, 2007, p. 39-40, grifo da autora).

Partindo desses pressupostos, não seria um equívoco explicitar os dois momentos ou atos mentais envolvidos no preconceito espontâneo e dispô-los de acordo com a ordem, a saber: a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da(s) diferença(s).

O discurso que afirma as diferenças é o discurso inaugural, a enunciação fundante, a evidência primeira, a verdade imediata e inconteste. Os mecanismos que se seguem a esta “constatação do bom senso” acerca do “fato concreto” das diferenças (focalizar, sublinhar, fixar, absolutizar, naturalizar, biologizar, perenizar...) é que vai transformá-la numa tomada de posição [...] propriamente dita, excludente e destrutiva da(s) diferença(s) selecionada(s) como alvo, numa convicção de segundo grau legitimadora de práticas de violência no mínimo verbal. (PIERUCCI, 1990, p. 14, destaques do autor).

A afirmação e a adoção de uma identidade heteronormativa como sendo verdadeira, natural, previsível e a negação das demais identidades tende a reforçar a(s) diferença(s) daquela(as) que desatende(m) esse processo construtivo e assume(m) uma predileção homossexual, como no caso de pessoas Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores, Intersexos, Indecisos, Assexuados e Aliados – LGBTQIA¹. A opção² sexual desses sujeitos passa a ser considerada como patológica, anormal,

¹ Utilizaremos a sigla LGBTQIA para nos referir a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores, Intersexos, Indecisos, Assexuados e Aliados e a sigla LGBT ao nos referirmos ao movimento social e organizado de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans.

² Por comungar com autores/as como Alípio de Sousa Filho (2009, 2013a, 2013b), Arianna Sala (2007, 2012) e Rogério Diniz Junqueira (2007, 2009), buscamos fazer uso do termo opção sexual em detrimento de orientação sexual, pois, assim como os/as autores/as, acreditamos e defendemos a ideia de que a manifestação da sexualidade é um processo em construção e vivida individualmente, portanto ela é cambiante e pode ocorrer por orientação ou por uma pluralidade de opções, escolhas, eleições e preferências que coincidem com determinados períodos da vivência do erotismo, da sensualidade e do desejo e não simplesmente pela imposição de uma cultura nacional. Ao nos conscientizarmos que essa pluralidade nos caracteriza como sociedade e como indivíduos, somos impelidos/as a procurar novas formas de configurar um fator de enriquecimento e de desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam termos e identidade(s) como verdadeiros, naturais e inevitáveis, estigmatizam identidades contrárias e subvertem outros conceitos.

perversa, desviante e condenatória e sob eles/as são destinados toda a repulsa, ódio e aversão manifesta por meio de práticas discriminatórias (HALL, 2006, 2007; SILVA, 2007; JUNQUEIRA, 2007, 2009). Podemos denominar esse desserviço como “heteronormatividade compulsória” que, embora seja pouco debatido, sua prática é bastante difundida em nossa sociedade por algumas instituições, como a escola, o Estado, a igreja, a sociedade, etc. e culturalmente disseminado.

A propagação da heteronormatividade desenvolve-se cotidianamente nas práticas compulsórias de consolidação do imperativo heterossexual em detrimento das outras formas de opção sexual e materialização de normas regulatórias, que, em partes, são aquelas da hegemonia sexual, na qual a heterossexualidade recebe um valor positivo e privilegiado, enquanto as outras sexualidades recebem um cunho negativo (SILVA, 2007; HALL, 2007; LOURO, 2009; BUTLER, 2010; ROCHA FILHO, 2010).

A heterossexualidade é reiteradamente afirmada na dinâmica das relações sociais, nas concepções de família e conjugalidade ou na explicação biológica e naturalizada da relação sexual como o encontro dos corpos com efeitos procriativos. Aliada à censura implícita à diversidade sexual encontra-se afirmada a compulsoriedade da heterossexualidade. Essa exigência normativa tem como efeito a desqualificação de outros modos de viver a sexualidade, gerando a prática discriminatória homofóbica. (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 11).

O processo de colonização da “heteronormatividade compulsória” mantém-se inserido em nossa sociedade por meio de leis, de religiões, de políticas públicas³, de costumes, de línguas, de símbolos, etc., e a sua manutenção faz com que milhares de jovens e de adultos LGBTQIA sejam cotidianamente submetidos/as a diferentes tipos de violências, o que chamaremos de

³ “*Política pública* é considerada como resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, forma o processo político. As fases da produção de políticas públicas são: *Formação da agenda governamental*: ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo; *Formação das alternativas e tomada de decisão*: ocorre quando, após a inclusão do problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados, de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. Ocorre, então, a tomada de decisão; *Implementação*: consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade - geralmente é seguida pelo monitoramento da ação; *Avaliação*: é um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos” (RUA, 2009, p. 37-38).

LGBTQIAfobia⁴, por meio de ações punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa (SILVA, 2007; HALL, 2007; LOURO, 2009; BUTLER, 2010; ROCHA FILHO, 2010).

Os graus de desqualificação aos quais esses sujeitos são expostos variam, conforme apresenta Young (2009), em cinco faces distintas dos sistemas de opressão, mas que imbricam entre si: a *exploração*, definida pela desigualdade de condições permitindo a um determinado grupo beneficiar-se direta ou indiretamente de outro; o *desempoderamento*, caracterizado como a retirada e/ou descumprimento de direitos básicos; a *violência sistêmica*, manifesta por meio do preconceito e possuidora de gradações que vão desde coisas reconhecidamente horripídeas, como matar e/ou espancar, como a coisas bem mais sutis, como piadas, estereótipos, imagens negativas, repulsa, isolamento, etc.; o *imperialismo cultural*, ancorado na adoção de uma matriz identitária heteronormativa, passando as distintas manifestações da sexualidade que descumprem seus preceitos a serem caracterizadas como desviantes; a *marginalização*, que é o produto final das distintas formas de opressão às quais são submetidas as pessoas LGBTQIA.

Pensando no combate e na prevenção a esse sistema de opressão, a Lei Brasileira institui a escola como sendo um local propício para a implementação de políticas públicas visando a educação para sexualidade desde a década de 1920. Tal concepção encontra suporte na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 e na inclusão da temática orientação sexual que, mesmo sem fazer menção direta à temática diversidade sexual e à LGBTQIAfobia, fica subentendido que aí deveriam estar inseridas questões que envolvessem as múltiplas manifestações da sexualidade e as distintas formas de preconceito e de discriminação (SAYÃO, 1997; BORGES; MEYER, 2008).

Como estratégias para suprir essa demanda, temos acompanhado, a partir dos anos 90, um aumento expressivo na consolidação e na produção de políticas públicas, programas, projetos e materiais, como constituintes da educação enquanto política pública “[...] vinculados a princípios orientadores de uma so-

⁴ O que se pretende com o uso de LGBTQIAfobia é sublinhar que a intransigência social em relação à homossexualidade masculina (ideia implícita à noção de homofobia) não é da mesma ordem do desrespeito que atinge lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista), nem do repúdio que sistematicamente atinge travestis e transexuais, cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, o que as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero. Acredita-se que, ao adotar um termo único, como a LGBTQIAfobia, evita-se o uso repetitivo das expressões Lesbofobia, Transfobia, Travestifobia, Tansgênerofobia, Gayfobia, Bifobia, Bigênerofobia, Queerfobia, Intersexfobia, Aliadofobia e Assexofofia, o que cansaria o/a leitor/a, e, também, porque a linguagem é um fator de exclusão e de expressão de preconceitos, principalmente nas línguas latinas, nas quais a conformidade com as regras tradicionais e pretensamente neutras da linguagem obriga-nos a utilizar termos masculinos como signos genéricos referentes a mulheres e homens (DINIS, 2011; MELLO et al., 2012; AGREDA, 2012). Cabe, nesse contexto, fazer referência à semelhança do sofrimento imposto às pessoas aliadas dentro da categoria LGBTQIA, já que como aliados/as entendemos aqueles/as de convívio próximo, os/as quais são solidários/as às múltiplas manifestações da sexualidade, tidos/as como amigos/as, familiares, colegas de trabalho etc.

cidade democrática, como igualdade, liberdade, autonomia e respeito às diferenças”. Como exemplos dessas estratégias, podemos citar: o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), o Projeto Escola Sem Homofobia (ESH) e o Programa Saúde na Escola (PSE) (LIONÇO; DINIZ, 2008).

Para a efetivação dessa análise, transpomos fragmentos da dissertação elaborada para a obtenção do título de mestre intitulada *O/A diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “kit gay”* (OLIVEIRA JÚNIOR, 2013). Em uma das seções desse trabalho foram colocadas em diálogo estratégias educacionais como o BSH que veio a contribuir para a implementação do PSE em que uma das diretrizes propostas pelo projeto culminou com a elaboração do material intitulado *Kit de Combate a Homofobia* e com o PSE que serviu de fundamentação para a elaboração do *Guia de Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares* (BRASIL, 2011).

Embora a dissertação conste de dados empíricos, para a efetivação deste artigo nos atemos apenas ao levantamento bibliográfico que nos deu suporte e embasamento para sustentar nossa pesquisa. Buscamos, nesse diálogo, estabelecer as coerências, as cizânias e as reticências apresentadas nesses programas que mesmo de pastas diferentes tinham como princípios o combate à violência contra alunos/as, jovens e adultos/as LGBTQIA presentes no âmbito escolar.

Coerências

A mais importante forma de diferenciação quando nos referimos às sexualidades é aquela que subverte a estabilidade das categorias biológicas e se estrutura ao redor de oposições binárias: masculino/feminino, macho/fêmea, heterossexual/homossexual (SILVA, 2007; HALL, 2007). Foucault (2004) alega que esse poder normalizador apresenta como base um caráter disciplinar que não visa nem a expiação e nem mesmo a repressão, mas

[...] põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir; diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto; medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos; fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a “classe vergonhosa”). (FOUCAULT, 2004, p. 152-153, destaques do autor).

Essas operações normalizadoras quando usadas em prol da “heteronormatividade compulsória” podem ser consideradas ações nas quais o poder se manifesta no campo da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s).

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetros em relação às quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. (SILVA, 2007, p. 83, grifos do autor).

Nesse sentido e considerando os efeitos danosos das discriminações e desigualdades sociais relativos à diversidade sexual, o Governo Federal, por meio do Plano Plurianual de 2004 a 2007, definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direito de Todos, a ação denominada *Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais*. Esse programa possuía o intuito de “[...] promover a cidadania e direitos humanos [...] [às pessoas LGBTQIA] a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (BRANDÃO; SANTANA, 2011, p. 167), baseado em ações de

[...] apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual e; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (CONSELHO, 2004, p. 11).

Pautado e delineado nos seguintes princípios, o governo lança o Programa Brasil Sem Homofobia com o objetivo de promover a

I) inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de *gays*, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias. II) A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta. III) A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos

direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (CONSELHO, 2004, p. 11-12).

Apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECADI), surge, então, o Projeto Escola Sem Homofobia (ESH), como subproduto do BSH (INCLUSIVE, 2011). Além de conter uma série de medidas de combate ao preconceito contra a livre escolha sexual, também fazia parte da estrutura do Projeto ESH a distribuição às escolas da rede pública do chamado “*Kit* de Combate à Homofobia nas Escolas”, também encontrado pelos nomes de: “*Kit* Contra a Homofobia” ou “*Kit* Anti-Homofobia” ou “*Kit Gay*” (BRANDÃO; SANTANA, 2011).

Desenvolvido por meio da articulação de diferentes órgãos, o *Kit* de Combate a Homofobia foi planejado e executado pela *Global Alliance for LGBT Education (GALE)*, pela ONG Reprolatina, pela Ecos – Comunicação em Sexualidade, pela *Pathfinder* do Brasil e pela Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT). Todas as etapas de elaboração e execução do projeto foram debatidas e acompanhadas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (BRASIL, 2007).

Construído ao longo de dois anos, o *Kit* que era para ser lançado no ano de 2011 seria composto por um conjunto de materiais didáticos incluindo: seis *Boleshs* (Boletins Escola sem Homofobia), um cartaz, uma carta de apresentação do material, um Caderno (Escola sem Homofobia) e os recursos audiovisuais: *Medo de Quê?*, *Boneca na Mochila*, além de três vídeos: *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade* (GATTI, 2003; MELLO et al. 2012).

Esses materiais seriam destinados aos/às profissionais da educação e distribuídos para seis mil escolas públicas de ensino médio, a partir do segundo semestre de 2011. Estima-se que, para a preparação do *kit* anti-homofobia, foi demandado um investimento financeiro de aproximadamente 1,8 milhões em convênios que incluía, além da confecção de vídeos e cartilhas para professores/as, pesquisas, seminários e atividades de formação contínua para docentes (GATTI, 2003; MELLO et al., 2012; OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA; MAIO, 2012).

O *Kit Gay* era um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos com a proposta de desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e para o convívio democrático com a diferença que visava contribuir na alteração de

[...] concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia. Promover reflexões, interpretações, análises e críticas acerca de algumas noções que frequentemente

habitam as escolas com tal “naturalidade” ou que se naturalizam de tal modo que se tornam quase imperceptíveis, no que se refere não apenas aos conteúdos disciplinares como às interações cotidianas que ocorrem nessa instituição. Desenvolver a criticidade infanto-juvenil [...]. Divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos e às leis contra a discriminação em seus diversos âmbitos (INCLUSIVE, 2011, s/p., destaque do autor).

Paralelamente ao BSH, o Governo Federal lança o Programa Saúde na Escola (PSE), fruto de uma parceria entre Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286 no ano de 2007. Foi resultado do esforço em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira por meio da união de políticas públicas de saúde e educação voltadas às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos adultos da educação pública e para a promoção do desenvolvimento pleno do ser social (BRASIL, 2011).

Como princípios o PSE visa contribuir para a formação integral dos/as estudantes por meio de ações de promoção, de prevenção e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino de forma que os/as educandos(as) sejam preparados/as sobre as atividades em saúde na escola, que serão desenvolvidas/realizadas, e não apenas avisados/as de sua ocorrência (BRASIL, 2011). O PSE prima pela necessidade de execução de um trabalho anterior regulado em um contexto inter e multidisciplinar, de forma situada e legítima em sala de aula (seja em uma aula de Ciências, Literatura, História, Educação Física etc.), “[...] de maneira que a atividade em saúde a ser desenvolvida/realizada tenha sentido e esteja relacionada com o momento pedagógico ou conteúdo que os alunos estão trabalhando e interessados” (BRASIL, 2011, p. 14).

Nesse sentido é que se pensou como estratégia a criação do Projeto Formação de Jovens Protagonistas para o Projeto Saúde na Escola ou Saúde e Prevenção na Escola (PSE/SPE), que, por meio da metodologia de educação entre pares, almeja a valorização do/da jovem como protagonista na defesa dos direitos à cidadania e à saúde (BRASIL, 2011). Desse projeto resultou a publicação e a distribuição do *Guia Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares*, o qual busca auxiliar no desenvolvimento de ações de formação para promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, a partir do fortalecimento do debate e da participação juvenil. O *kit* Composto por oito fascículos aborda temas como: Sexualidade e saúde reprodutiva; Adolescências: juventudes e participação; Metodologias; Gêneros; Álcool e outras drogas; Raças e etnias; Prevenção das DST: HIV e AIDS e Diversidades sexuais.

Nesse aspecto, a palavra coerência possui como definição a ligação, a harmonia, a conexão ou o nexo entre os fatos, ou as ideias e, assim, tanto o BSH como o PSE são coerentes entre si ao se assemelhar em alguns aspectos e comungar de objetivos comuns ao almejar a subversão do caráter hegemônico na produção, classificação e estruturação da(s) identidade(s) e reprodução da(s) diferença(s) (HALL, 2007; MICHAELIS, 2013).

Cizânias

No sentido estrito a palavra “cizânia” assume um caráter de desarmonia, discórdia entre pessoas, pensamentos ou atos (MICHAELIS, 2013). Por desacordo, fazemos a análise neste estudo apontando, inicialmente, a discórdia causada pelo *Kit Gay*. Diante da

[...] possibilidade real de difusão de um material dessa natureza, capaz de contribuir com a pluralização dos gêneros, isto é, capaz de contribuir com a produção de sentidos sobre gêneros e sexualidades que põem em risco a ordem sexual vigente, provocou a fúria dos fundamentalistas religiosos que tramam, tecem uma rede de intrigas e inverdades em torno do material. Uma das inverdades difundidas por esses sujeitos afirma que os vídeos que compõem o *Kit* informativo fazem apologia à homossexualidade. (SILVA, 2012, p. 2).

A contestação a esse material deu-se em sua apresentação inicial que gerou um desconforto para a toda a sociedade e comunidade LGBTQIA causando uma desconfiança quanto à finalidade e à intencionalidade de seu conteúdo. Com indignação é que foram ouvidas, em meados do ano 2009, as declarações do ex-secretário do Ministério da Educação, André Lázaro, ao fazer piada sobre o desenvolvimento do *Kit* que o Governo pretendia entregar nas escolas, referindo-se a dúvida que tiveram na elaboração do material sobre a profundidade da língua durante um beijo lésbico. A recusa em torno de sua “[...] fala tem origem no momento em que discursava aos congressistas, representantes de entidades de apoio à confecção do material e elaboradores dos vídeos – componentes da Comissão de Direitos Humanos da Minoria (CDHM)” (BRANDÃO; SANTANA, 2011, p. 172).

Esse foi um dos princípios norteadores que instigou bancadas políticas evangélicas e sociedade civil a organizarem-se e agir de forma contrária à divulgação do “*Kit Gay*”. Câmaras Legislativas transformaram-se em cenários de repúdio ao projeto. A sociedade civil distribuiu pela rede mundial de computadores incontáveis pedidos de suspensão do material. A imprensa midiática alardeava os fatos. No contexto desses embates, adquirem visibilidade alguns/algumas personagens legisladores/as chamando a atenção para os supostos perigos que o material pedagógico produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) provocaria na

educação e na sociedade brasileira, por fazer *apologia* à homossexualidade, induzir a pedofilia, incentivar a promiscuidade, entre outros discursos amplamente difundidos (BRANDÃO; SANTANA, 2011; GRESPAN; GOELLNER, 2011).

Diante de toda essa pressão, a Presidente Dilma Rousseff concordou que o material visual não possuía teor “correto” para ser apresentado a crianças e a jovens e que o material fazia propaganda de opção sexual, mesmo não tendo conhecimento do conteúdo do material afirmado em seu discurso⁵. Para a então Presidenta do Brasil, a função do Governo é apenas educar para que se evitem agressões e desrespeitos à diferença, não podendo interferir na vida particular dos sujeitos e nem propagar as opções sexuais.

[...] o Governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, o Governo não vai, não vai ser permitido a nenhum órgão do Governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem de nenhuma forma nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o Governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença, que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você, isso eu não concordo com o *kit*, porque eu não acho que ele faça defesa de práticas não homofóbicas [sic]. (Dilma Rousseff)⁶.

Esse foi o discurso final do Poder Executivo na quarta-feira de 25 de maio de 2011, em Brasília, que pôs termo a uma série de debates e embates entre Movimento LGBT, esferas de Poderes Legislativos e sociedade civil.

Bortolini (2012) alega que a Presidenta não tem noção da repercussão da adoção dessa postura nas escolas, pois, se até aquele momento profissionais da educação presenciavam situações de violência contra alunos/as LGBTQIA e pensavam em discutir o tema, a partir desse ato governamental, passaram a ter certeza que não havia mais nada a ser feito. Além de essa atitude provocar um grande retrocesso na inserção da temática na escola, ela acaba por disseminar a desinformação de um material que ninguém viu, que ninguém conhece e que acaba marcando outras questões, outros debates e embates.

Diferente do engavetamento que aconteceu com o *Kit Gay*, o *Guia Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares* chegou às escolas da rede pública de ensino e pode ser usado como um material para subsidiar professores/as, educadores/as no tratamento da diversidade sexual e combate à LGBTQIAfobia. Esses/as agentes podem modular o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula de acordo com a idade, com as regiões, com o interesse e até mesmo com as capacidades de cada um/a de se aprofundar naquele tema e promover uma discussão consistente (FURLANI, 2011).

⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ESftwb6gkyc>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

⁶ *Id.*

Contudo, no ano de 2013, houve a reiteração da intransigência que suspendeu a veiculação do *Kit Gay* em 2011. Em mais uma cizânia envolta pela temática da diversidade sexual e combate à LGBTQIAfobia, o material educativo componente das estratégias do SPE dirigido a adolescentes teve sua distribuição suspensa por determinação de representantes do governo federal.

O *Kit* intitulado HQ – Histórias em Quadrinhos, fruto de uma parceria entre Ministério da Saúde e da Educação, era formado por seis revistas que incluíam as temáticas da homossexualidade, gravidez na adolescência e uso da camisinha. O *Kit* passou a ser distribuído para as escolas de ensino médio e programas de saúde com o intuito de promoção da cidadania, valorização e reconhecimento de direitos (UNESCO, 2010).

Embora o projeto tenha sido lançado com entusiasmo, sua distribuição foi abortada pela primeira vez na proximidade das eleições presidenciais no ano de 2010. A ordem era evitar qualquer tipo de conflito ou descontentamento com grupos contrários. No ano de 2013, o mesmo material foi resgatado e cerca de 15 mil exemplares foram distribuídos para os serviços de DST/AIDS de 12 Estados Federativos. Essa operação, no entanto, pela segunda vez, foi interrompida no final de fevereiro de 2013, por determinação do Planalto Central, segundo informações obtidas por meio do jornal *O Estado de São Paulo* (FORMENTI, 2013).

O atual ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no entanto, chama a responsabilidade para ele. “Eu vetei o material”, disse. Segundo ele, a distribuição foi feita sem a sua autorização e sem o seu conhecimento. [...] ele enviou um ofício para as secretarias, desautorizando a circulação das revistinhas. [...] Ele admitiu não saber se o material teve uma nova impressão ou se os kits agora enviados teriam sido produzidos em 2010. Defensores das revistas, no entanto, garantem que a ordem partiu no fim de fevereiro. O Planalto foi procurado, mas não se manifestou. Padilha disse desconhecer como a distribuição ocorreu e afirmou ter encomendado uma investigação. O ministro contou, no entanto, que a ideia de retomar a distribuição dos fascículos foi discutida no início deste ano por um grupo de trabalho formado por integrantes de sua pasta e do Ministério da Educação, mas foi logo descartada. A proposta era usar o material como apoio para o Programa Saúde na Escola, que, pelo terceiro ano consecutivo elegeu como tema principal o combate à obesidade. “Nenhum material pode ser usado sem a análise do conselho editorial do ministério”, disse Padilha, acrescentando que os itens distribuídos para escolas têm de passar também pela avaliação do MEC. Para Padilha, mesmo tendo sido aprovado e lançado no governo passado, o material teria de ser revisto. Além de questões formais, ele diz que as histórias em quadrinhos não trazem as mensagens que sua pasta quer reforçar. (FORMENTI, 2013, s/p.).

Para defensores/as do material, essa interrupção possui o mesmo fator propulsor que, em 2010, suspendeu o HQ pela primeira vez e o *Kit Gay*: motivação política, ou seja, evitar ao máximo qualquer tipo de confronto com grupos religiosos, conservadores e famílias. Algo essencial, sobretudo quando o nome de envolvidos nessa oposição é cogitado a governante no pleito eleitoral de 2014 (FORMENTI, 2013).

Reticente

Por que o *Kit Gay* ou o HQ são geradores de tamanha comoção? Fernandes (2011a) aponta que o conflito entre a oposição homofóbica a esses materiais e o governo e proponentes pode ser traduzido como um motim entre concepções cristãs (fundamentalistas) sobre a sexualidade humana. O que está por detrás da polêmica do *Kit Gay* e do HQ do SPE é o fortalecimento de posições conservadoras e fascistas de nossa sociedade. Bortolini (2012) afirma que a suspensão do *Kit Gay* teve a ver com uma determinada conjuntura política na época e que, enfim, o *Kit* foi usado como moeda de troca em um jogo político semelhante ao que foi empregado no HQ.

A posição da sociedade civil e do Governo brasileiro de que a homofobia é degradadora da salubridade do ambiente escolar e que, portanto, esses materiais não seriam adequados para o uso didático pedagógico agrava a evasão dos/as alunos/as vistos/as ou assumidos/as como LGBTQIA resultantes da violência a que estes/as são submetidos/as na escola (FERNANDES, 2011a, 2011b).

Denominamos esse processo de expulsão compulsória, pois ela pode ser traduzida como o “[...] desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão [...]” (BENTO, 2011, p. 555, grifo da autora), ocasionado pela rejeição cotidiana ao modo de se vestir, às formas de agir e se portar, ao descumprimento de preceitos essenciais como o uso do nome social e o livre trânsito entre os espaços que compõem a escola.

Nesse cenário, materiais de combate à homofobia foram publicados aos montes no Governo anterior e continuam sendo publicados e distribuídos, não apenas pelo MEC e pelo Governo Federal, mas também por Secretarias Estaduais e Municipais, Universidades e Organizações Não Governamentais, como o caso do Guia Adolescente e Jovem para a Educação entre Pares (FERNANDES, 2011b; BALESTERO, 2011).

Se a suspensão desses materiais refletiu na escola causando dúvidas entre educadores/as, pesquisas realizadas pela UNESCO (2004), por Abramovay (2009), pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2009a), pela Fundação Perseu Abramo (2009b) e pela Reprolatina (2011) comprovam que

a escola, em particular, configura-se em um lugar de opressão no qual sujeitos LGBTQIA vivem de maneiras distintas situações delicadas de vulnerabilidade, negação, autoculpabilização e internalização da homofobia. Isso se faz com a participação ou a omissão da própria escola, da família, da sociedade civil e do Estado (FERRARI, 2011).

O reflexo desses dados incide na estatística do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais publicado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2010, em que foram documentados 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil no referido ano, 62 a mais que em 2009 (198 mortes), um aumento elevado de 113% nos últimos cinco anos (122 em 2007). Dentre os/as mortos/as, 140 eram gays, o que corresponde a 54% do total de assassinados/as; 110 travestis, ou 42%; e 10 lésbicas, representando 4%. O risco de um/a homossexual ser assassinado/a no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos, um país com 100 milhões a mais de habitantes que o nosso. Esse dado por si só indica que as políticas implementadas, incluindo as estratégias educacionais, são ineficazes ou não estão sendo discutidas entre os/as envolvidos/as, ou estão sendo implementadas parcialmente - quando não abortadas antes mesmo da sua concepção (GRUPO, 2011).

Embora professores/as, diretores/as, pedagogos/as, família e comunidade escolar em si não empunhem armas nem facas que provocam diariamente o assassinato dessas pessoas, representantes das minorias sexuais no Brasil, eles/as são aqueles/as que Dinis (2011) caracteriza como os/as amoladores/as das facas e

[...] que colaboram indiretamente para tal genocídio, já que entender a homossexualidade como pecado, profanação do corpo e da sexualidade, como anormalidade e desvio de comportamento – discursos importados da religião, da mídia e das ciências psicológicas – são também as principais justificativas utilizadas por assassinos em série ou grupos de extermínio de travestis, transexuais, bissexuais, *gays* e lésbicas no Brasil. (DINIS, 2011, p. 46-47).

O *Kit Gay* e o HQ seriam ferramentas úteis que poderiam contribuir para o enfrentamento dessas formas de violência? Buscamos no sentido da palavra reticente uma suposta resposta para tal questionamento e compreendemos que a supressão de algo que devia ser feito ou que podia ser dito (MICHAELIS, 2013) por meio da supressão ou omissão voluntária de direitos pode influenciar no curso dos fatos.

Considerações

O Brasil, a cada dia, apresenta sinais de crescimento econômico e de diminuição das desigualdades sociais. É evidente, também, o esforço do Estado e da sociedade organizada em priorizar a instituição escolar no desenvolvimento

de políticas públicas afirmativas e de inclusão para a diversidade sexual, já que, nesse espaço, incontáveis jovens passam por inúmeras formas de discriminações, de agressões e de rotulações, de maneira que os sujeitos vistos como diferentes ou desviantes tornam-se vítimas potenciais da evasão compulsória (BORGES; MEYER, 2008).

Paradoxalmente, temos acompanhado a difusão de discursos religiosos que advogam a imposição de valores, de crenças e de tradições restritos ao universo da norma heterossexual que impactam diretamente na atuação do Governo Federal voltada à formulação de políticas públicas de combate ao preconceito e à discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero nas áreas de educação e saúde.

Para Mello et al. (2012), esses conflitos de interesses aliados às disputas ideológicas evidenciam como a insuficiência de estratégias públicas e “[...] de um arcabouço legal de proibição explícita da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” (MELLO et al., 2012, p. 119), bem como a garantia e a manutenção da cidadania plena e direitos humanos da população LGBTQIA ainda interfere negativamente nas “[...] ações, projetos e programas que integram políticas públicas propostas pelo Governo Federal” (MELLO et al., 2012, p. 119) no sentido de promover uma sociedade mais justa e igualitária. Tal promoção começa pela escola – que não trate aqueles e aquelas que não se enquadram nos limites da regulamentação heterossexual como párias e escória em seu próprio ambiente (MELLO et al., 2012).

Temos assistido, na atualidade, coerências, cizânias e reticências na implementação de políticas públicas no cumprimento desses objetivos. Assim, os recuos de estratégias, como o *Kit Gay* e o HQ, passamos a denominar de “cultura do desagendamento” do governo brasileiro. O Governo Federal, devido a pressões políticas e sociais, recuou em relação à distribuição desses materiais desagendando a sua elaboração e/ou distribuição. No entanto, pesquisas demonstram que o ambiente escolar é promotora da “heteronormatividade compulsória”, o que, por si só, já justificaria a necessidade da produção de materiais didáticos que pudessem colocar esses temas em xeque e da criação de novas políticas públicas de reconhecimento e de valorização das diferenças (GRESPLAN; GOELLNER, 2011).

Essas discussões devem ganhar espaço formal no processo de escolarização por meio dos livros, dos conteúdos didáticos e, principalmente, da prática pedagógica. Defendemos a ideia de que a discussão sobre diversidade sexual e a promoção da cultura do respeito não deve ser pautada unicamente pela presença de alunos/as LGBTQIA no cotidiano escolar. A prática reguladora em prol de uma “heteronormatividade compulsória” infere na realidade social, marcando, regulando e normatizando pessoas por meio de uma conduta moral hegemônica,

que insistentemente se desdobra na violação de direitos e ocasionam os mais distintos prejuízos sociais, ao retirar do ato de viver o livre exercício dos distintos modos de ser e sentir-se humano. Para Foucault (2007, p. 67), “[...] talvez estejamos muito longe de constituir um discurso unitário e regular da sexualidade; talvez não cheguemos nunca a isso e, quem sabe, não estejamos indo nessa direção”.

Percebemos com os dados aqui apontados o quão difícil é se levantar contra a opinião pública quanto a temas que envolvem preceitos e conceitos subjetivos como no caso da diversidade sexual. No entanto, não é porque a maioria esmagadora desaprova determinados indivíduos ou condutas que ao Estado é concedido o direito de reter direitos básicos e péticos como a liberdade e igualdade.

Referências

ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

AGREDA, R. F. El sueño del celta: ¿Vargas Llosa homofóbico? **Letralia Tierra de Letras**, Cagua, año XVII, n. 273, nov. 2012.

BALESTERO, G. S. O direito à diversidade sexual no Brasil e os efeitos violentos do descaso do poder legislativo federal. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 123, p. 05-16, ago. 2011.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200016

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008. DOI: 10.1590/S0104-40362008000100005

BORTOLINI, A. **Diversidade sexual na escola**. Programa Sala de Notícias. Produção de Paula Fontes, Sara Oliveira e Jaqueline Souza. Rio de Janeiro: Canal Futura, 2012, parte 02. (Comunicação oral). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Hn-JgbLONzU&list=UU2mmP8ysfyko40KSn90x6Og>>. Acesso em: 25 dez. 2012.

BRANDÃO, P. de F.; SANTANA, T. O “*kit gay*”: na saúde e na educação um *kit* de polêmicas. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 18, p. 167-176, set. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Instrutivo PSE / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a Passo PSE – Programa Saúde na Escola**: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. DOI: 10.1590/S0104-40602011000100004

FERNANDES, F. B. M. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011a.

FERNANDES, F. B. M. **Estado, sexualidade e educação**: a questão do *kit* anti-homofobia. SC: Grupo de Diversidade Sexual da UDESC, 2011b. (Comunicação oral).

FERRARI, A. Reflexões sobre a homofobia na escola. In: CASAGRANDE, L. S.; LUZ, N. S. da; CARVALHO, M. G. de (Orgs.). **Igualdade na diversidade**: enfrentando o sexismo e a homofobia. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011. p. 69-89.

FORMENTI, L. Governo suspende kit educativo sobre aids. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 16 de março de 2013, Notícias Saúde, s/p. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,governo-suspende-kit-educativo-sobre-aids,1009311,0.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades Especiais, socioeconômica e orientação sexual**. São Paulo, 2009a.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**: intolerância e respeito às diferenças sexuais. São Paulo, 2009b.

FURLANI, J. **Estado, sexualidade e educação**: a questão do *kit* anti-homofobia. SC: Grupo de Diversidade Sexual da UDESC, 2011. (Comunicação oral). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg>. Acesso em: 23 dez. 2012.

GATTI, B. A. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 191-204, jul. 2003. DOI: 10.1590/S0100-15742003000200010

GRESPIAN, C. L.; GOELLNER, S. V. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **R. Faced**, Salvador, n. 19, p. 103-122, jan./jun. 2011.

GRUPO *Gay* da Bahia. **Epidemia do ódio**. 2011. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007. p. 103- 133.

INCLUSIVE. **Nota oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia**. 2011. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=18368>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: DISCUTINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS, 2007, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: SECADI/MEC, 2009. p. 13-52.

LIONÇO, T. DINIZ, D. Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 307-324, jul./dez. 2008.

LIONÇO, T. DINIZ, D. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, T. DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. p. 09-15.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: SECADI/MEC, 2009. p. 85-95.

MELLO, L.; FREITAS, F.; PEDROSA, C.; BRITO, W. Para além de um *kit* anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas**, Natal, n. 07, p. 99-122, 2012.

MICHAELIS, online. 2013. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de. **O/A diretora não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “Kit Gay”**. 2013. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de.; LIMA, E. S. de.; MAIO, E. R. Heterossexismo e sua tenacidade nas políticas educacionais, práticas docentes e aprendizagem. **ECS**, Sinop, v. 2, n. 2, p. 134-147, jul./dez. 2012.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 02, p. 7- 33, 1990.

REPROLATINA. Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. **Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras**. 2011. p. 1-65.

ROCHA FILHO, J. S. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-9.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES, UAB, 2009.

SALA, A. **Construcciones identitarias en el contexto histórico-cultural**: identidades lésbicas, histórias de vida y discursos sociales. 309 f. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) - Universidad de Sevilla, Sevilla, 2007.

SALA, A. Opção x Orientação Sexual. **Canal SAP**. 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nV2Vjn9Pf3I&playnext=1&list=PLiX7GB_A3TPhYTpQ7gLmCh5vcAdce3_V2&feature=results_video>. Acesso em: 16 jan. 2013.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-118.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 73-102.

SILVA, Z. de P. Bafão do *kitt gay*: análise do discurso da militância LGBT. **Labrys, Estudos Feministas**, Bahia, jan./jun. 2012.

SOUSA FILHO, A. de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, Natal, n. 04, p. 59-77, 2009.

SOUSA FILHO, A. de. **A resposta gay**. 2013a. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/A%20RESPOSTA%20GAY.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

SOUSA F. A. de. **Orientação sexual**: construção política do desejo, ou crítica da substancialização. 2013b. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Orientacao%20sexual%20-%20a%20construcao%20politica%20do%20desejo.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

UNESCO. **HQ SPE - Histórias em quadrinhos**. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. 2010. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-publicados-pela-unesco/hq-spe-historias-em-quadrinhos-projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas/hq-spe-historias-em-quadrinhos-projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 07-72.

YOUNG, I. M. Five faces of oppression. In: HENDERSON, G., WATERSTONE, M. (Ed.). **Geographic thought**: a praxis perspective. New York: Routledge, 2009. p. 55-71.

Recebido em 04/08/2013

Versão final recebida em 08/04/2014

Aceito em 12/04/2014